Um estudo sobre o Corpo e Movimento na Educação Infantil a partir do RCNEI (1998) e da BNCC (2017)

Autor(res)

Cristina Aparecida Colasanto
Thaís Alline Dias Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

Esta pesquisa surgiu a partir da disciplina “Organização do trabalho Pedagógico da Educação Infantil”, do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Anhanguera de São Paulo, Unidade Santana, cuja intencionalidade se configurou na análise dos dois documentos oficiais e curriculares da educação infantil brasileira.
Após a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN (BRASIL, 1996), o primeiro documento de âmbito nacional que discutiu o currículo na educação infantil foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998). O referencial foi elaborado por diversos educadores e estudiosos da área, sob a coordenação da Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Em sua bibliografia encontram-se referências de documentos oficiais brasileiros, propostas curriculares estaduais, municipais, internacionais e obras de diversos autores nacionais e estrangeiros. Seus três volumes (I - Introdução; II – Formação Pessoal e Social; e III - Conhecimento de Mundo) foram publicados em 1998 e se apresentam como guia de orientação, além de servirem como base para discussões entre os profissionais de ensino e para a elaboração de projetos educativos.
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, homologada em 2017, foi resultado de um processo longo, coletivo e participativo, envolvendo diferentes instâncias da educação brasileira. Primeira versão de 2015 foi elaborada por especialistas indicados pelo MEC, em conjunto com universidades, centros de pesquisa e redes de ensino. A segunda versão de 2016

Objetivo

O objetivo deste recorte de estudo é analisar os dois documentos nacionais, especificamente, a área do conhecimento “movimento” do Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (BRASIL, 1998) - volume III e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), campo de experiência “corpo, gestos e movimentos”, verificando suas propostas para o âmbito da educação infantil.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca interpretar e compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, práticas e contextos (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

Desta forma pretendemos analisar dois documentos nacionais, especificamente, a área do conhecimento "movimento" do Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (BRASIL, 1998) - volume III e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), campo de experiência "corpo, gestos e movimentos", verificando suas propostas para o âmbito da educação infantil.

Este estudo surgiu a partir da disciplina "Organização do trabalho Pedagógico da Educação Infantil", do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Anhanguera de São Paulo, Unidade Santana, cuja intencionalidade se configurou na análise dos dois documentos oficiais e curriculares da educação infantil brasileira.

Assim, esta pesquisa se insere no tipo documental que, de acordo com Lüdke e André (1986), pode constituir-se em uma técnica importante na abordagem de dados qualitativos a fim de completar as informações obtidas por outras técnicas, como também para desvelar novas questões sobre um tema ou problema. Os autores destacam que os documentos incluem desde leis e regulamentos até documentos escolares.

Resultados e Discussão

Sobre a organização dos documentos nacionais, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- RCNEI, tiveram a sua publicação em 1998), antes da primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNEI que foi publicada em 1999. A Base Nacional Comum Curricular- BNCC, homologada em 2017, traz como referência as DCNEIS, principalmente sobre os dois eixos de centrais a "brincadeira e interação".

Os RCNEI (BRASIL, 1998) está organizado por áreas de conhecimento e eixos de trabalho. O Movimento aparece como uma área própria (junto com Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Natureza e Sociedade). A BNCC (BRASIL, 2017) está organizada em campos de experiência. O movimento está diluído, principalmente no campo "corpo, gestos e movimentos", mas também se articula com os outros campos (como "O eu, o outro e o nós").

No âmbito conceitual, os RCNEI (BRASIL, 1998) trata o movimento como meio de expressão, comunicação e interação, com foco no desenvolvimento psicomotor e na exploração do espaço. A BNCC (BRASIL, 2017) trata o movimento dentro da ideia de direitos de aprendizagem. Define objetivos e desenvolvimento para cada faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), tornando mais prescritivo o que se espera que a criança vivencie em relação ao corpo e movimento.

O RCNEI traz o bebê e a criança como concepção central das propostas pedagógicas. O documento oferece orientações que podem nortear o planejamento do professor como a influência cultural na motricidade infantil, críticas relacionadas a contenção motora e o silêncio em outros paradigmas educacionais, proposta que se relacionam com a formação de identidade e conhecimento de si mesmo, como familiarizar-se com a imagem do próprio corpo.

A BNCC (BRASIL, 2017) traz a mesma definição das DCNEI (BRASIL, 2017) concepção de sujeito histórico e de direitos. No geral, o campo de experiência "corpo, gestos e movimentos" evidencia a aprendizagem por meio das experiências corporais, culturais e sociais. Ela inclui a "música" e a "arte" também neste campo, enquanto nos RCNEI (BRASIL, 1998), a música e a arte se configuram em outras duas áreas do conhecimento.

Conclusão

A análise dos documentos nacionais que orientam a Educação Infantil no Brasil evidencia discussões distintas sobre proposições curriculares para bebês e crianças. Os RCNEI (1998) trouxeram o movimento como uma área de conhecimento, valorizando-o como meio de expressão e comunicação, mas ainda com caráter orientador e não obrigatório. Já a BNCC (2017), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, assume caráter normativo, estabelece objetivos de aprendizagem por faixa etária e propõe uma integração mais ampla com outros

campos de experiência

Referências

ABRAMOVICZ, A. Currículo na educação infantil: entre a regulação e a emancipação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 619-634, 2006.
BARBOSA, M. C. Mapeamento e análise das propostas pedagógicas municipais para a educação infantil no Brasil. Brasília: MEC/SEB, 2009.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
CAMPOS, R.; BARBOSA M.C. BNCC e educação infantil. Quais as possibilidades? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015. Disponível em: <http//www.esforce.org.br>
CERISARA, A. B. A contribuição do referencial curricular nacional para a educação infantil para a construção de uma pedagogia da infância. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 67-89, 2002.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.